

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ASSISTÊNCIA SOCIAL

DISCIPLINA: POLÍTICA DE SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL
RESUMO
Neste material serão abordados: evolução histórica do trabalho, conceituação, movimentos sociais, sentido e significado do trabalho, saúde coletiva, política nacional da saúde do trabalhador, assédio moral, transtornos mentais e nexos causal com o trabalho. Aspectos clínicos da saúde do trabalhador: principais transtornos mentais: síndrome do esgotamento profissional burnout, depressão, ansiedade entre outros.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO – A TRANSFORMAÇÃO DO SIGNIFICADO O TRABALHO NA PRÉ-HISTÓRIA O TRABALHO NA HISTÓRIA O TRABALHO NA IDADE MODERNA
AULA 2 A ALIENAÇÃO AO TRABALHO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS X O PAPEL DO ESTADO MOVIMENTOS SOCIAIS E OS PRIMEIROS SINDICATOS A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS LEIS TRABALHISTAS E SUA CONSOLIDAÇÃO POR QUE A PSICOLOGIA DEVE ESTUDAR O TRABALHO?
AULA 3 CUIDAR DA SAÚDE DE QUEM TRABALHA É UM DIREITO SOCIAL ÁREA DA SAÚDE DO TRABALHADOR DESAFIOS NA PRÁTICA DA POLÍTICA DA SAÚDE DO TRABALHADOR SAÚDE DO TRABALHADOR: ASPECTOS PÚBLICOS
AULA 4 CONCEITOS DE DOENÇA E SAÚDE FATORES CONDICIONANTES DA SAÚDE A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PROFILÁTICO SAÚDE DO TRABALHADOR
AULA 5 PREVIDÊNCIA SOCIAL MINISTÉRIO DO TRABALHO RESPONSABILIDADE DE EMPREGADORES E TRABALHADORES COMO AGIR EM CASO DE UM ACIDENTE OU DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO
AULA 6 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO SOFRIMENTO NO TRABALHO INVESTIGAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE PRINCIPAIS DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO
BIBLIOGRAFIAS

- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010.
- LANE, S. M.; CODO, W. Psicologia social – o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- PÉREZ, J.; BÁRBARA, A. J. O conceito de liberdade nas teorias políticas de Kant, Hegel e Marx. In: BORON, A. A. (Org.). Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

DISCIPLINA:
SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESUMO
O termo "questão social" é muito utilizado no âmbito do Serviço Social, tanto no que diz respeito a bibliografia da profissão quanto no dia a dia da atuação profissional, isso porque a questão social é o objeto de estudo e intervenção do Serviço Social. Por isso é muito importante compreender essa temática em todos os seus domínios (acadêmico, atuação técnica, congressos, entre outros). Sendo assim, com base em alguns referenciais teóricos, vamos abordar o conceito da questão social e as primeiras formas de intervenção e enfrentamento dessa expressão.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL O SURGIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA A REFORMULAÇÃO DA LEI DOS POBRES CONCEITOS DE QUESTÃO SOCIAL A QUESTÃO SOCIAL NO SÉCULO XX
AULA 2 QUESTÃO SOCIAL E O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS ASSISTENTES SOCIAIS A PROFISSIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL A ASSISTENTE SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO A VINCULAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL COM O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DO SERVIÇO SOCIAL
AULA 3 O PERÍODO ESCRAVOCRATA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL HERANÇAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL SERVIÇO SOCIAL E FILANTROPIA A FILANTROPIA E O TRATO À QUESTÃO SOCIAL DE 1930 A 1945 A LBA E A ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
AULA 4 A NOÇÃO HEGEMÔNICA DE TERCEIRO SETOR TERCEIRO SETOR E A NOVA FORMA DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL SOBRE A (DES)RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO COM A QUESTÃO SOCIAL A REDUÇÃO DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA QUESTÃO SOCIAL

REFLEXÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS DO TERCEIRO SETOR NO SERVIÇO SOCIAL

AULA 5

QUESTÃO SOCIAL: A PARTICULARIDADE NO CAPITALISMO BRASILEIRO
FLEXIBILIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO
EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: O DESEMPREGO
CAPITALISMO MONOPOLISTA E QUESTÃO SOCIAL
A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL E A QUESTÃO SOCIAL

AULA 6

POBREZA E QUESTÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO LIBERAL CLÁSSICA
POBREZA E QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA
A QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO
QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE
QUESTÃO SOCIAL: OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo. Cortez, 2010.
- PEREIRA, P. A. Política Social: temas e questões. Editora Cortez, São Paulo, 2015.
- IMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

DISCIPLINA:

PSICOLOGIA SOCIAL

RESUMO

A área de comportamento organizacional tem sido cada vez mais levada em conta na hora de se estudar o funcionamento de uma organização e a maneira como esta desenvolve suas estratégias de atuação no mercado. Ao demonstrar que quem faz uma organização funcionar são as pessoas e não apenas os números, esta disciplina integra conceitos de administração e de psicologia para evidenciar como as pessoas – em grupo ou individualmente – podem influenciar seus ambientes de trabalho e, por consequência, seus resultados almejados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA E PROFISSÃO
ABORDAGENS DA PSICOLOGIA
CAMPOS DE ATUAÇÃO E OBJETO DE ESTUDO DA PSICOLOGIA
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL
A PSICOLOGIA E O COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

AULA 2

O INDIVÍDUO PARA A PSICOLOGIA
A IDENTIDADE
A PERSONALIDADE
OS SENTIDOS E A PERCEPÇÃO DO MUNDO QUE NOS CERCA
SENTIMENTO E COMPORTAMENTO HUMANO

AULA 3

SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA O INDIVÍDUO
MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO COM O TRABALHO
INSATISFAÇÃO PROFISSIONAL
DIAGNÓSTICO DA INSATISFAÇÃO COM O TRABALHO
DOENÇAS PROFISSIONAIS

AULA 4

OS GRUPOS EM ORGANIZAÇÕES
LIDERANÇAS EM ORGANIZAÇÕES
CONFLITOS ORGANIZACIONAIS
GRUPOS E O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO
GRUPOS E O PROCESSO DE FEEDBACK

AULA 5

O QUE É COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL?
COMPORTAMENTOS VISÍVEIS E NÃO VISÍVEIS NAS ORGANIZAÇÕES
CAMPOS DE ESTUDO DO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
PODER E POLÍTICA NAS ORGANIZAÇÕES
CULTURA E CLIMA ORGANIZACIONAL

AULA 6

ADMINISTRAR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE CRISE
ADMINISTRAR A DIVERSIDADE
ORGANIZAÇÕES INTERCULTURAIS
ESTÍMULO À INOVAÇÃO E MUDANÇA
TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

BIBLIOGRAFIAS

- CAMPOS, Keli C de L. et al. Psicologia organizacional e do trabalho – retrato da produção científica na última década. Scielo. Brasília. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932011000400004&script=sci_arttext.
- GÜNTHER, H. (2003). Como Elaborar um Questionário (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Nº 01). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. Disponível em: www.psiambiental.net/pdf/01Questionario.pdf.
- SAMPAIO, Reis do Jader. Psicologia do trabalho em três faces. In: Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos. Casa do Psicólogo, 1998. Disponível em: <https://books.google.com.br>.

DISCIPLINA:

DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES SOCIAIS

RESUMO

Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem

“é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?
DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS
VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS
TENSÕES FUNDAMENTAIS
DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA

AULA 2

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS
AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS
DIREITOS HUMANOS
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES
SOCIOCULTURAIS
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS
HUMANOS EM VIENA (1993)

AULA 3

ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
(PNEDH)
EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS (PNEDH)
ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS
COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH
OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH

AULA 4

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS
PARTICIPATIVAS
O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO
EM DIREITOS HUMANOS
O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA
PARTICIPATIVA
PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS
PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

AULA 5

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS
MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”
O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”
NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

AULA 6

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?
AS TELAS E OUTROS APARATOS MIDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL
“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO
AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?
BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.

DISCIPLINA:

CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO

Nesta disciplina de Participação Social e Movimentos Sociais trataremos de diversos temas de nosso interesse, desde o conceito de Participação Social, Democracia Participativa, Movimentos Sociais, Intervenção do Estado, Interesse político e social nas ações coletivas e as liberdades individuais e coletivas, ou seja, serão aulas riquíssimas de informações! Fique atento e anote tudo que considerar importante! Diariamente, ouvimos falar sobre a importância da Participação Social, ou seja, a importância do protagonismo da sociedade civil brasileira na participação efetiva do cidadão e na consolidação da Democracia no Brasil. Primeiramente, fazemos algumas perguntas: afinal de contas, o que é Participação Social? Como foi a participação dos cidadãos na história político-social do Brasil? E o que a participação social tem a ver com a promoção da Democracia Participativa no Brasil?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEPÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
MOVIMENTO PELAS DIRETAS JÁ
A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1987
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

AULA 2

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AS CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

AULA 3

O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL
TIPOLOGIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS
ESTRATÉGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
EXEMPLOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

AULA 4

O PARADIGMA NORTE-AMERICANO
O PARADIGMA EUROPEU
MOVIMENTOS SOCIAIS ANTIGLOBALIZAÇÃO
FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

AULA 5

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: NA ERA DA PARTICIPAÇÃO (1979-1989)
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO (1990-2000)
OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONJUNTURA SOCIAL E POLÍTICA NO SÉCULO XXI

AULA 6

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS
MOVIMENTO SINDICAL
MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMANDAS POR EDUCAÇÃO
MOVIMENTO SOCIAL AMBIENTALISTA

BIBLIOGRAFIAS

- GOHN, M. da G. Movimentos Sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MACHADO, J. A. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. Sociologias, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.
- NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2011.

DISCIPLINA:

ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SERVIÇO SOCIAL

RESUMO

Nesta disciplina abordaremos as principais funções que envolvem a assessoria, fazendo uma analogia com as funções que embasam o processo gerencial: planejar, organizar, dirigir e controlar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

PLANEJAR
ORGANIZAR
DIRIGIR
CONTROLAR

AULA 2

ÁREA DE ATUAÇÃO: PÚBLICO E PRIVADO
ÁREA DE ATUAÇÃO: RAMOS
CONSULTORIA
NOVOS NICHOS

AULA 3

GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GESTÃO DO TEMPO
GESTÃO DE RECURSOS
GESTÃO DE PESSOAS

AULA 4

VALORES
CRENÇAS
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL
INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL

AULA 5

COMUNICAÇÃO VERBAL E NÃO VERBAL
COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA
RAPPORT
EMPATIA

AULA 6

O QUE SÃO OS SISTEMAS REPRESENTACIONAIS
SISTEMA REPRESENTACIONAIS
LINGUAGENS DO AMOR
TESTE AS CINCO LINGUAGENS DO AMOR

BIBLIOGRAFIAS

- ASSESSORIA. Dicio. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/assessoria/>.
- CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.
- NOGUEIRA, C. S. Planejamento estratégico. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2014.

DISCIPLINA:

SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE - SAÚDE

RESUMO

Nesta disciplina iremos abordar: História das políticas de saúde no Brasil a partir da década de 1930; principais características da atenção à saúde no país; as formas de organização do Estado frente às necessidades de saúde da população; a saúde no regime militar; abertura democrática e a emergência do movimento sanitário brasileiro; ofensiva do ajuste neoliberal na saúde; conjuntura de surgimento do Serviço Social e vinculação com a saúde em diferentes contextos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ATENÇÃO À POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL: 1930 A 1964
SAÚDE NO REGIME MILITAR

ANOS 1980 E O MOVIMENTO DE REFORMA SANITÁRIA
ANOS 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI
SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE SAÚDE

AULA 2

SUS - DEFINIÇÕES
CAMPOS DE ATUAÇÃO DO SUS
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SUS
SERVIÇO SOCIAL E A ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO SUS

AULA 3

O ESTADO E A DIMENSÃO POLÍTICA NO CAMPO DA SAÚDE
SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE COLETIVA
RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E MERCADO NA PRODUÇÃO DA SAÚDE
RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO NOS SISTEMAS DE SAÚDE
ESTADO, SOCIEDADE E O CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE

AULA 4

ORGANIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DO TRABALHO NO SUS
ORGANIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM SAÚDE
ASSISTENTE SOCIAL - TRABALHADOR DA SAÚDE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA SAÚDE
SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO

AULA 5

PRÁTICA NA SAÚDE E O ASSISTENTE SOCIAL
SERVIÇO SOCIAL E A INTEGRALIDADE EM SAÚDE
EIXOS DE INSERÇÃO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
DE SAÚDE
NÚCLEOS DE OBJETIVAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL
SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE

AULA 6

PLANEJAMENTO NA AÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO DA SAÚDE
ELEMENTOS ESSENCIAIS DO PLANEJAMENTO EM SAÚDE
PROCESSOS DO PLANEJAMENTO E A DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO PLANEJAMENTO EM SAÚDE
INDICADORES E RESULTADOS NA SAÚDE

BIBLIOGRAFIAS

- BRAVO, M.I.S. Política de Saúde no Brasil. IN: MOTA, A. E. (ORG.), BRAVO, M.I.S. et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. IN: MOTA, A. E. (org.) et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- SPOSATI, A. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 652-674, dez. 2013.

DISCIPLINA:
SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PROFISSIONAIS CONTEMPORÂNEOS
RESUMO
Esta disciplina pertence a um debate que se faz presente e necessário para refletirmos e problematizarmos o serviço social no contexto da sociedade capitalista e suas transformações na contemporaneidade. O principal objetivo é a compreensão e o entendimento crítico sobre o debate contemporâneo em torno das demandas à prática profissional e à produção de conhecimento na área social, um tema instigante e necessário para compreendermos quais são as novas e as atuais demandas presentes no trabalho profissional do assistente social na contemporaneidade, em face de tantas mudanças por que passa nossa sociedade, sejam elas econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais. Trata-se de um momento de profundas reflexões e debates para entendermos em que contexto a profissão se insere nesse cenário.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE AS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS AO SERVIÇO SOCIAL A PESQUISA E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA CONTEMPORANEIDADE O TRABALHO INTERDISCIPLINAR DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE A PRÁTICA PROFISSIONAL E OS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO
AULA 2 ABORDAGEM FUNCIONALISTA ABORDAGEM DO ESTRUTURALISMO CONSTRUTIVISTA A ABORDAGEM PÓS-MODERNA PRINCIPAIS AUTORES PÓS-MODERNOS UTILIZADOS PELO SERVIÇO SOCIAL PERSPECTIVA MARXISTA
AULA 3 O SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA O MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: A ESFERA ESTATAL O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE CONTROLE DEMOCRÁTICO O MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: EMPRESAS CAPITALISTAS O MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: FLUXOS MIGRATÓRIOS
AULA 4 O MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: FUNDAÇÕES EMPRESARIAIS O MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: ORGANIZAÇÕES PRIVADAS NÃO LUCRATIVAS O MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: ORGANIZAÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA O MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: EDUCAÇÃO SUPERIOR

O MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: O ENSINO A DISTÂNCIA

AULA 5

SERVIÇO SOCIAL ORGANIZACIONAL: COMPREENDENDO ESTE ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

ASSISTENTE SOCIAL PRESTADOR DE SERVIÇOS

CONSULTORIA, ASSESSORIA, AUDITORIA E SUPERVISÃO TÉCNICA

ATITUDE PROATIVA

AULA 6

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL – UM CONCEITO EM DISPUTA

A QUESTÃO AMBIENTAL E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

ELEMENTOS PARA PENSAR A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIAS

- MORAES, C. A. S. Pesquisa em serviço social: concepções e críticas. Revista Katalysis, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 390-399, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v20n3/1414-4980-rk-20-03-00390.pdf>.
- JOSÉ FILHO, M. A produção do conhecimento em Serviço Social. Revista Serviço Social & Saúde. Unicamp Campinas, v. VII - VIII, n. 7-8, dez. 2009. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=46150.
- DICIO – Dicionário Online de Língua Portuguesa. Contemporaneidade. Dicio, 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/contemporaneidade/>.

DISCIPLINA:

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

RESUMO

Refletir sobre a ética, seus desdobramentos e suas aplicações em diversas áreas e instâncias é um exercício fundamental ao qual todos devemos nos dedicar regularmente. Esse é um tema que não pode ser negligenciado especialmente quando falamos em gestão pública. Isso é ainda mais verdadeiro na atualidade, quando tantas incoerências e tantos desvios são praticados – e, por vezes, até mesmo legitimados. Como você avalia tudo isso? Qual é seu posicionamento diante dos atuais desafios que enfrentamos? As teorias e os pressupostos apresentados nesta disciplina ajudarão a pensar criticamente sobre esse assunto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ÉTICA

MORAL

MORALIDADE

VALORES UNIVERSAIS

HISTORICIDADE DA ÉTICA, DA MORAL E DA MORALIDADE

AULA 2

ÉTICA NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

PRINCIPAIS PENSADORES NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA – PLATÃO E ARISTÓTELES

ÉTICA NA IDADE MÉDIA

ÉTICA NO RENASCIMENTO

ÉTICA NO MUNDO MODERNO

AULA 3

ÉTICA EXISTENCIALISTA

ÉTICA DA AÇÃO COMUNICATIVA

ÉTICA DA ALTERIDADE E DA TRANSCENDÊNCIA RELIGIOSA

ÉTICA DA CIVILIZAÇÃO TECNOLÓGICA

TEORIA ÉTICA DA JUSTIÇA

AULA 4

ÉTICA E CIDADANIA NA GESTÃO PÚBLICA

CIDADANIA EXCLUDENTE

A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS ÉTICOS DA GESTÃO PÚBLICA

OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

PRINCÍPIOS DO SEGUNDO GRUPO

AULA 5

MORALIDADE PÚBLICA E ADMINISTRATIVA

TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

LEI N. 12.527/2011

PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE

A NOVA GESTÃO PÚBLICA

AULA 6

O IMPACTO DAS TEORIAS ÉTICAS SOBRE A GESTÃO PÚBLICA

TEORIAS ÉTICAS

DESAFIOS ÉTICOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

PRECEITOS ÉTICOS

GOVERNANÇA

BIBLIOGRAFIAS

- BUZZI, A. Filosofia para principiantes: a existência humana no mundo. Petrópolis: Vozes, 1991.
- RODRIGUES, Z. A. L. Ética, cidadania e responsabilidade social nas instituições educativas. Curitiba: Camões, 2008.
- _____. Ética na gestão pública. Curitiba: InterSaberes, 2016.

DISCIPLINA:

RELAÇÕES SOCIAIS E CONFLITOS

RESUMO

Para discutirmos acerca das políticas sociais e o enfrentamento da questão da violência, propomos, em um primeiro momento, o retorno ao conceito de política social. Afinal, do que se trata? Não é nosso objetivo, aqui, aprofundarmos o tema e os fundamentos da política

social. Entretanto, é importante que façamos algumas reflexões que irão contribuir para a compreensão da problemática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL ANTES DA DÉCADA DE 1930
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL
POLÍTICA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL
A POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

AULA 2

A VIOLÊNCIA FÍSICA
VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA
VIOLÊNCIA PATRIMONIAL
VIOLÊNCIA SEXUAL

AULA 3

CICLOS DE VIDA E VIOLÊNCIA
VIOLÊNCIA URBANA
VIOLÊNCIA NO CAMPO
VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA

AULA 4

O ATENDIMENTO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
A POLÍTICA DE SAÚDE
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

AULA 5

PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONTROLE SOCIAL
MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
O TRABALHADOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL

AULA 6

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA
COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL
CONDUTA ÉTICA E O COMPROMISSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- IPEA. Texto para discussão 2331. Bolsa Família, autonomia e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- _____. Política Social. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Org.). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

DISCIPLINA:
LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
RESUMO
A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD OS FUNDAMENTOS DA LGPD AULA 2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS CONSENTIMENTO DO TITULAR LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR AULA 3 TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO AULA 4 DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR ENCARREGADO DOS DADOS (DPO) AULA 5 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD
ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM
PRIVACIDADE

O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?>.

DISCIPLINA:

DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR

RESUMO

Esta disciplina vislumbra pensar o aluno adulto. Isto pressupõe que não se refere a qualquer aluno em que as condições supostamente concretas de ensino e de aprendizagem estejam dadas, em considerando a compreensão da idade escolar. Trata-se do aluno trabalhador, em relação ao qual algumas possibilidades reais devem ser pensadas e consideradas no que tange à abordagem metodológica. Para tanto, a aprendizagem dos conceitos, como corpo teórico dessa abordagem, também é a que se propõe a partir da concepção do aluno referenciado, situado concretamente e contextualizado historicamente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

SOBRE O ATO DE EDUCAR E ENSINAR

DIMENSÃO CONTRADITÓRIA: TRABALHO VERSUS EMPREGO

S REFORMAS EDUCACIONAIS SOB O MODO DE PRODUÇÃO FLEXÍVEL E AS
DEMANDAS SOBRE O ALUNO TRABALHADOR

AS RELAÇÕES HUMANAS PARA E NO MUNDO DO TRABALHO: UMA FORMAÇÃO
HUMANA PARA ALÉM DO DISCURSO DE EMPREGABILIDADE

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO OMINILATERAL

AULA 2

A MEDIAÇÃO COMO ATO INTENCIONAL DA PRODUÇÃO DA HUMANIDADE E
APROPRIAÇÃO CULTURAL

O PAPEL DOS MEDIADORES NO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES MENTAIS
SUPERIORES E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL

O PAPEL DO CONHECIMENTO E DO OUTRO COMO MEDIADOR NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM, DE HUMANIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

OS MEDIADORES DA INTELIGÊNCIA SEGUNDO REUVEN FEUERSTEIN

A CENTRALIDADE DO TRABALHO E DA CULTURA NA DEFINIÇÃO DO CURRÍCULO

AULA 3

PÓS-DÉCADA DE 1930 E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL COM BASE NA LDBEN

A NECESSIDADE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NA FORMAÇÃO DO ADULTO TRABALHADOR

A FORMAÇÃO DE ADULTOS NA DITADURA MILITAR

A ABERTURA DEMOCRÁTICA

AULA 4

ANDRAGOGIA: O MÉTODO

ANDRAGOGIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EDUCAÇÃO DE ALUNOS ADULTOS E PEDAGOGIA FREIREANA COMO MÉTODO E CONTEÚDO

METACOGNIÇÃO

AULA 5

AS RELAÇÕES FILOSÓFICAS

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A POLITECNIA

EM CONSONÂNCIA OU NÃO COM A POLITECNIA

AULA 6

DE QUE FORMA O CONHECIMENTO PODE SE ORGANIZAR NO CURRÍCULO, CONCEBENDO A ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR?

PROJETOS DE APRENDIZAGEM COMO ALTERNATIVA PARA METODOLOGIAS ATIVAS E “INTERACIONISTAS”

AS METODOLOGIAS ATIVAS NA SALA DE AULA E O PAPEL DAS TECNOLOGIAS A SALA DE AULA INVERTIDA

BIBLIOGRAFIAS

- MARRACH, S. A. Educação e Neoliberalismo. In: _____. Infância, neoliberalismo e educação. São Paulo: Cortez, 2000.
- KOSIK, K. A dialética do concreto. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.
- FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>.